



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL

Aos 27 dias do mês de março de 2019, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 241/XIII/4.<sup>a</sup> e 242/XIII/4.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 20 e 21 de março de 2019
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto e do Presidente da Câmara do Porto no processo de implementação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) na cidade do Porto e na Área Metropolitana do Porto
3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1346/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - Em defesa das pequenas empresas de rent-a-car e de transfer que desenvolvem a sua atividade no Aeroporto de Faro
4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2002/XIII/4.<sup>a</sup> (BE) - Decide pelo cancelamento da construção da Barragem do Fridão inserida no Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico
5. Petição n.º 575/XIII/4.<sup>a</sup> - Solicitam a adoção de medidas contra a linha circular do metro de Lisboa (12 subscritores) - Deliberação da Comissão sobre o relatório final
6. Petição n.º 602/XIII/4.<sup>a</sup> - Solicitam a adoção de medida legislativa que permita exigir a qualquer seguradora que a participação de um sinistro abranja toda a responsabilidade dele decorrente (12 subscritores) - Apreciação e votação da nota de admissibilidade

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.ª SL**

7. Apreciação e votação dos relatórios finais relativos às Petições n.ºs 452/XIII/3.ª - "Reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal", 464/XIII/3.ª - "Contra o encerramento dos CTT de Paços de Brandão", 505/XIII/3.ª - "Pela manutenção da Loja dos CTT da Araucária, Vila Real", 559/XIII/4ª - "Solicitam a adoção de medidas com vista à manutenção da Loja dos CTT, na freguesia de Mora", e 581/XIII/4.ª - "Solicitam a adoção de medidas contra o fecho da Estação de Correios na freguesia de Avanca, concelho de Estarreja"- Relator: Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)

8. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 118/XIII/1.ª (PAN), 120/XIII/1.ª (PS) e 123/XIII/1.ª (PEV), todos relativos a publicidade a produtos alimentares, dirigida a crianças e jovens

9. Outros assuntos

---

**1. Apreciação e votação das atas n.ºs 241/XIII/4.ª e 242/XIII/4.ª, relativas às reuniões de 20 e 21 de março de 2019**

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração as atas n.ºs 241/XIII/4.ª e 242/XIII/4.ª, relativas às reuniões de 20 e 21 de março de 2019, que submeteu à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

**2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto e do Presidente da Câmara do Porto no processo de implementação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) na cidade do Porto e na Área Metropolitana do Porto**



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.ª SL**

O Senhor Deputado Fernando Barbosa (BE) apresentou o requerimento para audição do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto e do Presidente da Câmara do Porto no processo de implementação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) na cidade do Porto e na Área Metropolitana do Porto, lembrando a evolução da situação e referindo ser a audição conjunta com a Comissão de Ambiente.

Notou que, entretanto, o Presidente do Conselho Metropolitano do Porto esclareceu que o começo será em Abril, explicando diversos aspetos e mantendo a audição do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto e, eventualmente do Presidente da Câmara Municipal do Porto, explicando.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) lembrou que na Comissão de Ambiente, também a requerimento do BE, apenas será ouvido o Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, propondo harmonização de decisões, e anunciou que o PSD irá requerer a audição dos Presidentes das CIM sobre a aplicação destas medidas.

O Senhor Presidente da Comissão defendeu que haja atenção quanto às Comissões em que são apresentados os requerimentos para audição, remetendo para a próxima reunião de Coordenadores para fazer o ponto da situação, notando, neste caso, a autonomia do Poder Local.

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) concordou com a anterior intervenção quanto às Comissões onde são requeridas audições e mencionou a entrevista do Presidente da Câmara Municipal de Gaia esclarecendo que a implementação do PART foi articulada entre o Conselho Metropolitano do Porto e o Governo, o que esvazia esta audição.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) reconheceu a dificuldade em tratar a competência nesta matéria devido à transferência da responsabilidade dos transportes para o Ministro do Ambiente, referindo que esta questão também tem a vertente das CIM e da aplicação no restante território, que só deve ser tratada nesta Comissão. Reconheceu que a audição do Presidente da Câmara Municipal do Porto deixou de fazer sentido.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão lembrou que o Ministro do Ambiente antes vinha à Comissão para tratar de transportes e referiu dificuldades em vir a ouvir os representantes das CIM, ponderando soluções, em diálogo com o Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD), que perspetivou o requerimento do PSD para audição das CIM, clarificando.

O Senhor Presidente da Comissão colocou o requerimento apresentado pelo BE para audição do Presidente do Conselho Metropolitano do Porto no processo de implementação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) na cidade do Porto e na Área Metropolitana do Porto - prescindindo da audição do Presidente da Câmara do Porto - à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

### **3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1346/XIII/3.ª (PCP) - Em defesa das pequenas empresas de rent-a-car e de transfer que desenvolvem a sua atividade no Aeroporto de Faro**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) usou da palavra para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1346/XIII/3.ª, referindo que no período que antecedeu a privatização da ANA-Aeroportos de Portugal, o PCP alertou “*caso seja consumado o processo de privatização da ANA-Aeroportos de Portugal – venda ao grupo francês Vinci –, a atuação desta empresa, quer no Algarve, quer no país, estará estritamente vinculada aos interesses dos grupos económicos que intervêm no setor do transporte aéreo com declarado desprezo, e tentativa de anulação, do conjunto das micro, pequenas e médias empresas que dependem diretamente deste setor*”. Referiu que a atuação da ANA-Aeroportos de Portugal veio confirmar a justeza da análise do PCP, tem ameaçado as atividades económicas desenvolvidas em torno da atividade aeroportuária, designadamente empresas de aluguer de automóveis (designadas habitualmente como *rent-a-car*) e das empresas que realizam serviços de transporte de turistas entre o Aeroporto de Faro e os locais de alojamento (vulgarmente designados como empresas de *transfer*). Fez um resumo histórico da situação,

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.ª SL

mencionou que em 2013, as pequenas empresas de *rent-a-car*, que possuíam instalações no interior da Aerogare do Aeroporto de Faro, foram expulsas para o exterior e confinadas a uma estrutura, situada no Parque P4, exígua, sem condições de trabalho e de atendimento, observou que em 2014 a ANA-Aeroportos de Portugal prosseguiu a ofensiva contra essas empresas tentando impor-lhes uma taxa de 17 euros por cada viatura entregue no perímetro das infraestruturas aeroportuárias, também referiu que em 2015 impôs condições inaceitáveis de acesso e estacionamento no Aeroporto de Faro às empresas de *transfer* e criou um novo sistema que obrigava as viaturas que pretendiam largar passageiros na área de Partidas ou recolher passageiros na área de Chegadas a entrar em zonas de largada/recolha de acesso controlado denominadas *Kiss & Fly*, dando como exemplo a taxa de €63,50 cobrada por sete entradas. Observou que em 2016 a ANA-Aeroportos de Portugal impôs um novo aumento do valor da avença anual para o Parque P6, fixando-o em €665, representou um aumento de 145% relativamente ao valor de 2015 e um aumento de 270% relativamente ao valor de 2014, questionado o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas informou que a intenção da ANA-Aeroportos de Portugal é de aumentar o valor da avença anual do Parque P6 até atingir o montante de €1.400. Referiu que em resultado da política de imposição de taxas exorbitantes para utilização dos parques de estacionamento do Aeroporto, o estacionamento nas estradas e ruas envolventes da zona aeroportuária tornou-se caótico, com sério prejuízo para a população residente na freguesia de Montenegro. Em suma, afirmou que a privatização da ANA-Aeroportos de Portugal teve consequências negativas não só para a própria atividade aeroportuária, mas também para todas as atividades económicas que se desenvolvem no Aeroporto de Faro nomeadamente as pequenas empresas de *rent-a-car* e de *transfer*.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Cristóvão Norte (PSD), Ana Passos (PS) e Heitor de Sousa (BE).

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) afirmou poder subscrever os 2 primeiros pontos do Projeto de Resolução, todavia discorda com o ponto 3, também referiu que o GP PCP não procurou o consenso sobre a matéria e salientou que este problema é anterior à privatização da ANA-Aeroportos de Portugal. Explicou que o problema é antigo e decorre da pretensão das empresas *rent-a-car* de grande dimensão, por pagarem uma verba para estarem sediadas na gare, de limitar o acesso às pequenas

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.ª SL

empresas do setor ao Aeroporto de Faro. Observou que em 2013 apresentou uma queixa à Autoridade da Concorrência contra a ANA-Aeroportos de Portugal por abuso de posição dominante, porque a preocupação da entidade não era gerir o espaço de estacionamento, mas sim prejudicar as empresas de *rent-a-car*, também mencionou a inexistência de parques de estacionamento suficientes para parquear os milhares de viaturas que ocorrem ao aeroporto. Voltou a afirmar que o problema decorre da posição abusiva que as grandes empresas de *rent-a-car* tomam contra as pequenas empresas do setor salientando que esta situação não tem relação com a privatização da ANA-Aeroportos de Portugal. Considerou a justeza da pretensão expressa nos pontos 1. e 2. do Projeto de Resolução, contudo solicitou ao GP PCP a retirada do ponto 3. com o intuito do GP PSD possa votar favoravelmente o Projeto apresentado. Pela Sr.ª Deputada Ana Passos (PS) foi referido que o GP PS reconhece a importância das pequenas empresas de *rent-a-car* e de *transfer* que desenvolvem a sua atividade e dão emprego na região algarvia, porém observou que variadas dessas pequenas empresas não estão licenciadas e não alugaram espaço no interior da aerogare o que até poderá configurar uma situação de concorrência desleal. Mencionou que a ANA-Aeroportos de Portugal desenvolveu esforços para organizar os espaços no Aeroporto de Faro e referiu que atualmente parece existir condições para essas empresas operarem. Observou que o tarifário foi reduzido e que as avenças anuais no parque P6 correspondem a metade do valor mencionado à data pelo GP PCP, porém referiu que os parques não são suficientes e que também ocorre constrangimentos no estacionamento na freguesia de Montenegro. Mencionou que alguns dos pressupostos que sustentaram a apresentação desta iniciativa encontram-se desatualizados, no entanto reconhece a importância do Projeto para a economia regional e para a atividade e proteção das pequenas empresas caso aja justificação para isso.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou que o seu grupo parlamentar concorda com a iniciativa, realçou a preocupação com a salvaguarda da atividade das pequenas empresas. Referiu a precaridade das acessibilidades à aerogare de Faro que considerou só ser possível resolver com o transporte ferroviário, mencionou a necessidade de separar, no âmbito da discussão, o conceito de entidades legalizadas de *rent-a-car* do excesso de viaturas que ocorrem ao aeroporto, observando que a impermeabilização de terrenos para a construção de parques em

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.ª SL

áreas REN e RAN não constitui a melhor opção em termos de modalidade sustentável para resolver o problema. Salientou que os constrangimentos no estacionamento não podem implicar a imposição de tarifas exorbitantes, referiu não acreditar que as pequenas empresas de *rent-a-car* não estejam licenciadas e também observou que ANA-Aeroportos de Portugal não pode expulsar as empresas que desenvolvem a sua atividade no aeroporto. Compreendeu a desatualização da iniciativa, devido ao período temporal decorrido desde a data sua apresentação, e constatou que o Projeto pode ser votado em Plenário ponto a ponto. Por fim, chamou à atenção para o facto de a CM Faro não ter capacidade de intervenção na gestão deste tipo de espaços, salientou que genericamente é favorável à iniciativa, porém devia ser sujeito a atualização.

Finalmente, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) para realçar que após a privatização da ANA-Aeroportos de Portugal é que se iniciou um processo de pressão, tentativa de expulsão e aumento na cobrança de taxas às pequenas empresas do setor *rent-a-car* e de *transfer* no aeroporto de Faro. Afirmou que a iniciativa é um retrato fiel e exaustivo dos acontecimentos, e que existe uma correlação direta entre a privatização da ANA-Aeroportos de Portugal e a tentativa de extorquir rendimentos às pequenas empresas do setor *rent-a-car* através da imposição de taxas. Observou que no âmbito da votação geral, final e global o GP PSD pode pedir a desagregação da votação dos pontos apresentados na iniciativa. Expressou discordância com a posição expressa pelo GP PS que fez observações relativas à importância das pequenas empresas do setor *rent-a-car*, porém culminou na defesa das grandes empresas. Relativo ao congestionamento das acessibilidades ao aeroporto de Faro mencionou que o GP PCP apresentou um Projeto de Resolução referente à ferrovia algarvia e à inclusão de uma ligação ao aeroporto de Faro, iniciativa importante e já aprovada, contudo não é suficiente para resolver a situação. Em suma, referiu que o Projeto está atualizado, faz um retrato fiel da situação, o corpo da iniciativa apresenta uma resenha histórica e qualquer GP pode solicitar a desagregação dos seus pontos para efeitos de votação.

- 4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2002/XIII/4.ª (BE)**  
**- Decide pelo cancelamento da construção da Barragem do Fridão**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL**

**inserida no Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico**

Este ponto foi adiado, tendo o Senhor Presidente da Comissão referido haver outros dois projetos de resolução, do CDS/PP e do PAN, na Comissão de Ambiente.

**5. Petição n.º 575/XIII/4.<sup>a</sup> - Solicitam a adoção de medidas contra a linha circular do metro de Lisboa (12 subscritores) - Deliberação da Comissão sobre o relatório final**

O Senhor Presidente da Comissão colocou relatório final da Petição n.º 575/XIII/4.<sup>a</sup> - Solicitam a adoção de medidas contra a linha circular do metro de Lisboa, à votação, que foi aprovado por unanimidade.

**6. Petição n.º 602/XIII/4.<sup>a</sup> - Solicitam a adoção de medida legislativa que permita exigir a qualquer seguradora que a participação de um sinistro abranja toda a responsabilidade dele decorrente (12 subscritores) - Apreciação e votação da nota de admissibilidade**

O Senhor Presidente da Comissão colocou a nota de admissibilidade da Petição n.º 602/XIII/4.<sup>a</sup> - Solicitam a adoção de medida legislativa que permita exigir a qualquer seguradora que a participação de um sinistro abranja toda a responsabilidade dele decorrente, à votação, que foi aprovada por unanimidade.

**7. Apreciação e votação dos relatórios finais relativos às Petições n.ºs 452/XIII/3.<sup>a</sup> - "Reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal", 464/XIII/3.<sup>a</sup> - "Contra o encerramento dos CTT de Paços de Brandão", 505/XIII/3.<sup>a</sup> - "Pela manutenção da Loja dos CTT da Araucária, Vila Real", 559/XIII/4.<sup>a</sup> - "Solicitam a adoção de medidas com vista à manutenção da Loja dos CTT, na freguesia de Mora", e**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.<sup>a</sup> SL**

**581/XIII/4.<sup>a</sup> -"Solicitam a adoção de medidas contra o fecho da Estação de Correios na freguesia de Avanca, concelho de Estarreja".**

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) apresentou, nos seus termos, os dois grupos de Relatórios finais, que, na qualidade de Relator, elaborara sobre

- a Petição n.º 452/XIII/3.<sup>a</sup> - "Reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal" - com apreciação em Plenário, e
- as Petições n.ºs 464/XIII/3.<sup>a</sup> - "Contra o encerramento dos CTT de Paços de Brandão", 505/XIII/3.<sup>a</sup> - "Pela manutenção da Loja dos CTT da Araucária, Vila Real", 559/XIII/4.<sup>a</sup> - "Solicitam a adoção de medidas com vista à manutenção da Loja dos CTT, na freguesia de Mora" e 581/XIII/4.<sup>a</sup> - "Solicitam a adoção de medidas contra o fecho da Estação de Correios na freguesia de Avanca, concelho de Estarreja".

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) sugeriu a referência à hiperligação para a possibilidade de serem ouvidas as gravações das audições realizadas.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) felicitou o Senhor Deputado Relator pelos Relatórios sintéticos, concordando com a sugestão anterior e fez sugestão de alteração.

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) aceitou as alterações.

O Senhor Presidente da Comissão cumprimentou o Senhor Deputado Relator e colocou os Relatórios finais apresentados com as sugestões aceites, à votação, que foram aprovados por unanimidade.

- 8. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 118/XIII/1.<sup>a</sup> (PAN), 120/XIII/1.<sup>a</sup> (PS) e 123/XIII/1.<sup>a</sup> (PEV), todos relativos a publicidade a produtos alimentares, dirigida a crianças e jovens**

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.ª SL

A redação final relativa aos Projetos de Lei n.ºs 118/XIII/1.ª (PAN), 120/XIII/1.ª (PS) e 123/XIII/1.ª (PEV), todos relativos a publicidade a produtos alimentares, dirigida a crianças e jovens, integrando as sugestões dos Serviços, foi considerada fixada, sem votos contra.

#### 9. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão lembrou estarem previstas as audições seguintes:

- o 2 de Abril, 16h30m – Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, a propósito das iniciativas pendentes no GT Defesa do Consumidor,
- o 3 de Abril, 10h – Ministro do Planeamento (audição regimental),
- o 10 de Abril, 10h – Ministro do Ambiente e da Transição Energética (audição regimental), e
- o 11 de Abril, após o Plenário – ERSE (definição das tarifas de energia elétrica para 2019 – req. PCP – e tarifas do gás),

e que estão pendentes as audições:

- o do Ministro do Ambiente e da Transição Energética sobre requerimentos pendentes, em data a definir, e
- o do Ministro das Infraestruturas (audição regimental) a 30 de Abril,

e, ainda, estar prevista uma visita ao ISQ – 30 de abril, de manhã.

Dialogou com Deputados presentes sobre a realização de reuniões da Comissão em período de suspensão de reuniões plenárias durante a campanha para as eleições para o parlamento Europeu.

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 abril 2019.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 243/XIII/ 4.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
António Topa  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Ernesto Ferraz  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Helga Correia  
Hugo Costa  
Joel Sá  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Ricardo Bexiga  
Fernando Manuel Barbosa  
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Carlos Silva  
Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
Hugo Pires  
Luís Moreira Testa  
Pedro Mota Soares